

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: ISABEL DO CARMO • REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Castilho, n.º 70 - LISBOA • Ano III I • N.º 105 • 21-4-77 SEMANAL • PREÇO, 500 AVENÇA

Revolução

25 DE ABRIL
DE 1977

AINDA
É POSSÍVEL
VENCER



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos trabalhadores

LUTAS DOS TRABALHADORES

MATOZINHOS — GREVE DOS PESCADORES DA TRAIINEIRA

Trabalhadores de cerca de 60 traineiras de Matosinhos paralisaram no passado dia 18, tendo-se recusado a ir ao mar.

Estes trabalhadores pretendem que a Associação de Armadores de Pesca da Sardinha da zona Norte lhes pague o salário mínimo nacional e lhes conceda a percentagem de 1 por cento no pescado. Os trabalhadores pretendem ainda obrigar o patronato a negociar as reivindicações aprovadas pela classe em 15 de Fevereiro passado.

JP ZAGALO — PORTO

Os 600 trabalhadores desta empresa de construção civil especializada em obras públicas estão desde Dezembro sem receber salários, não tendo inclusivamente, recebido o 13.º mês.

Para discutir este problema os trabalhadores reuniram-se em ple-

nário no passado dia 14 tendo decidido ocupar as instalações do edifício-sede como forma de obrigar a entidade patronal a dialogar.

EMPRESA DE CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA

Os trabalhadores desta empresa, os quais vinham efectuando paralisações diárias de uma hora desde o dia 1 de Abril, interromperam esta forma de luta pois finalmente a administração comprometeu-se a pagar os subsídios de férias do ano passado num máximo de 4 prestações mensais, razão que tinha levado os trabalhadores a iniciar estas paralisações.

AGRICULTORES-RENDEIROS DO NORTE

Cerca de 1000 agricultores rendeiros do Norte do País fizeram uma concentração em Braga no passado domingo dia 17 para comemorar o segundo aniversário da lei do arrendamento rural.

Porto-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Aos leitores

Devido a um lapso na montagem das fotografias no último jornal, a foto de Ramalho Eanes referente ao artigo «A tática da direita» saiu integrada na entrevista com duas dirigentes do Sindicato do Serviço Doméstico, enquanto que a fotografia sobre a luta destas trabalhadoras saiu com uma legenda errada num artigo sobre a actualidade política nacional

Por este engano pedimos desculpa aos leitores do «Revolução» e especialmente às camaradas do Sindicato do Serviço Doméstico

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA—BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS Semestral — 110\$00 Anual — 220\$00 Pagamento
ESTRANGEIRO Semestral — 400\$00 Anual — 800\$00 Em cheque
Em vale

Lê
assina
divulga
Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

Sª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de
Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Cond. de
S. Salvador, 374
Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 60A
Tel. 83099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges,
Tel. 22961
MARINHA GRANDE — Rua Mar-
quês de Pombal, n.º 65

CASTELO BRANCO — Rua de
Santa Maria, 10 Tel. 179
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua
Jaime Afreixo n.º 142
Tel. 24149

ARGEIA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 — Alges de Cima
Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
N.º 16-17 Tel. 2512807

PAHEDE — Rua Gomes Freire de
ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves
Ramos, n.º 40 Tel. 939525
CACÉM — E. de Paço de Arcos,
lote 16, loja T. 2945096

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 28949

COVA DA PIEDADE — Estrada
Nacional, n.º 10
2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio
Lobo, 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Rua de
Goa, 21-A

LAVRADIO — Rua dr. José Car-
cano Lobo, n.º 312
TORRÃO — Horta Seca — 86132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão
das Covas, n.º 21 Tel. 24998
ALJUSTREL — Rua da Liber-
dade, n.º 13, Aljustrel

BEJA — Rua Alexandre Herculano,
n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira
Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho,
n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio
24735
ESTOMBAR — Rua D. Pedro
Galvão, 5

PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-
bro, 17 — 24658
MONCHIQUE — Estrada da Foia,
9, Monchique

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

MENDIGANDO UNS DÓLARES...

Soares foi aos EUA prestar contas das tarefas de que foi incumbido pelo imperialismo

Encontrou-se, na terça-feira, com representantes de Bancos e empresas multinacionais com interesses em Portugal, aos quais ofereceu a sua boa vontade e pediu que não o abandonem na sua árdua tarefa de restituição da economia deste País aos desígnios das multinacionais

Numa altura em que os «parceiros» europeus do consórcio internacional para o «grande empréstimo» põem objecções à sua participação, Soares aproveita para pedir ajuda a Carter, no sentido de influenciar o andamento da questão, de garantir, ao menos, a «fatia» dos EUA, e de se aconselhar sobre o novo «pacote» de medidas económicas

O RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL

Para comprovar a ingerência do Imperialismo em Portugal e as «sugestões» dadas pelo Banco Mundial ao Governo português, saiu recentemente um relatório deste banco, datado de 16 de Março. Este relatório aponta determinadas medidas indispensáveis (do ponto de vista do Capital) para que Portugal possa sair da crise.

Contudo, grande parte destas medidas já foram tomadas pelo Governo português, e as restantes estão na força.

Os técnicos do Banco Mundial estiveram em Lisboa durante as duas primeiras semanas de Janeiro, altura em que começou a reunir o grupo de entendidos do Governo que, a 25 de Fevereiro, decretou as «medidas de aus-

um e meio biliões de dólares encontra-se neste momento em dúvida (os países europeus mostram-se renitentes em dar dinheiro sob condições controladas pelos EUA). Com esse empréstimo a dívida externa ultrapassará de longe o valor teórico do ouro português disponível, o que quer dizer que o empréstimo ficará sem garantia «real» de reembolso. Perante isto, os «benefiteiros» estrangeiros que- rão observar de muito mais de perto o cumprimento das condições impostas ao Governo; o Governo ficará na posição de gerente do capitalismo internacional, em que o Capital, a Administração e o Conselho Fiscal serão estrangeiros...

DIREITA — MENOS APOIO AO GOVERNO

Depois de um período de apoio tático ao Governo, o CDS e o PSD reiniciaram as suas críticas de molde a deixar prever que elas irão subir de tom à medida que a inoperância da nova equipa que se pretende «mais operante» se manifesta.

Esse apoio surgiu como medida tática, como etapa do objectivo presidencialista que anima aqueles partidos; contudo, esse apoio não dura muito tempo se o Governo se continuar a mostrar incapaz de «solucionar a crise».

Primeiro, porque é intenção da direita demonstrar essa mesma incapacidade e propôr «alternativas democráticas» mais à direita, alternativas aliás previstas pelo Presidente da República no seu discurso na tomada de posse da nova equipa governamental, e que, portanto, teriam o apoio deste.

Depois, porque o descrédito do Governo é passível de se tornar extensivo aos partidos que o têm apoiado, enquanto o PCP supera o seu isolamento, fortalecendo-se como partido da oposição, por ter sido o único dos grandes partidos a opor-se de forma sistemática às medidas do Governo.

Por outro lado, dado o PS propôr a realização do «Pacto Social» e o PC ter-se mostrado nitidamente disposto a negociá-lo, o CDS e o PSD pretendem mostrar ao Governo que não aceitarão qualquer cedência ao PC, e que se isso for feito a sua «compreensão» será fortemente abalada...

O resultado deste conjunto de factores é o acentuar do avanço do Governo para a direita, pois os seus parceiros PSD e CDS recuam um pouco as mãos que até aqui lhe estendiam; o PC por outro lado, pretende encostar-se-lhe, cedendo também à direita; e o PS, para restabelecer o equilíbrio perdido, avança também nesse sentido.

MÁRIO SOARES NOS E.U.A. : Mais submissão e mais repressão

No momento em que Mário Soares efectua mais uma das suas viagens ao estrangeiro, desta vez aos Estados Unidos, o PRP chama a atenção dos trabalhadores para os seguintes factos:

1 — Acentua-se cada vez mais a subordinação do Governo PS para com os países imperialistas, prosseguindo as romarias no sentido de mendigar «empréstimos» em condições que não poderão deixar de ser atentórias dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional.

2 — De realçar a coincidência entre os constantes apelos e exigências por parte da reacção e do imperialismo de garantias de segurança aos capitalistas e ao capital e a crescente onda repressiva em que se vêm distinguindo, à semelhança do que acontece nos tempos do fascismo, a GNR e a PSP.

3 — O facto de a GNR ter intervenido numa empresa americana — a Marriot — executando ordens do Ministério do Trabalho de protecção ao patrão, contra trabalhadores vítimas de despedimento colectivos.

4 — A brutal investida repressiva, de cariz retintamente fascista, das forças de intervenção da PSP no Funchal e nos moldes da famigerada Polícia de Choque.

Nestas condições, as classes trabalhadoras só podem esperar deste Governo e destas viagens aos países imperialistas mais «liberdade em segurança» para os exploradores, isto é, mais inflação, mais fome, mais desemprego e mais repressão para aqueles que trabalham e produzem...

Não havendo saída para a crise enquanto continuarmos em capitalismo, a burguesia defende-se criando corpos de polícia a torto e a direito,



Intervenção violenta das forças repressivas na empresa Marriot

com o objectivo de calar, pela violência reacção, a voz dos trabalhadores. E enquanto o PS vende Portugal a retalhos, os acontecimentos do Funchal dão uma ideia do que a democracia burguesa apreendida pelo PSD: a «democracia» do cassetete

A ameaça do fascismo e a submissão aos interesses do imperialismo são duas realidades cada vez mais concretas a que revolucionários, antifascistas e trabalhadores têm de encontrar resposta através da luta e da organização unitária em termos claramente antifascistas e anticapitalistas.

Lisboa, 19 de Abril de 1977

A CIID do PRP
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação)



Soares eficaz como gestor dos interesses do imperialismo

teridade» que os trabalhadores estão a sofrer. O Banco Mundial sugere, em termos de política económica global, caminhos que o Governo PS se tem mostrado interessado em trilhar.

Por exemplo, no domínio da Agricultura, o Banco Mundial defende que o principal esforço deve ser feito no sentido de aumentar a produtividade e não de criar novos empregos; no que toca à Construção Civil, o Banco Mundial diz que a liberalização das rendas de casa é o melhor meio para o desenvolvimento do sector; conclui ainda que, para promover uma contenção do nível de consumo, o Governo deve deixar de controlar preços, devendo antes limitar os salários, aumentar os impostos e criar melhores condições de lucro para os «empresários».

O Governo dispõe de muito pouco tem para conquistar a confiança total do capitalismo internacional. A realização do tão falado empréstimo de

OS FASCISTAS E O 25 DE ABRIL

Uma autodemominada FPAC — Frente Patriótica Anticomunista — elaborou e publicou um comunicado acerca das comemorações do 25 de Abril, dirigido ao povo do Norte

Para vemos até que ponto chega o à-vontade com que actuaem, neste caso a nível de propaganda, as forças fascistas, sem que o Governo e as «autoridades democráticas» tomem qualquer iniciativa, transcrevemos seguidamente alguns extratos desse texto no sentido de fundamentalmente alertar o povo trabalhador contra a provocação que tal comunicado constitui:

«Esta data deveria ser de luta de meditação, e de tristeza: de luta porque não podem ser esquecidos os nossos mortos que tombaram no Ultramar Português, às mãos dos comunistas; de meditação, sobre a governação minosa que os socialistas fazem neste País, de tristeza porque todos os dias vemos ser calcada aos pés da Bandeira Portuguesa, atraioada a Pátria, esmagados os mais nobres conceitos de dignidade e honra portuguesa».

«A Pátria está em perigo».

«Já sabemos que as camionetas passarão de bandeiras vermelhas desfraldadas a mostrar que este país já

não é Portugal.

Que é uma colónia russa.

Venderam as nossas províncias ultramarinas, e agora querem transformar a Pátria Portuguesa em território soviético.

Para eles só há uma bandeira: A vermelha».

E o dito comunicado termina com palavras de ordem elucidativas do espírito que anima estas forças:

«Abaixo as comemorações do 25 de Abril»

«Abaixo os traidores»

«Vingaremos os nossos mortos»

«A Pátria vencerá»

internacional

ZAIRE— O NEOCOLONIALISMO DE MOBUTU EM ASFIXIA

No Zaire, ex-Congo Belga, o imperialismo sofre mais um ataque, com a insurreição armada do povo do ex-Catanga.

O desencadear desta operação pela FLNC (1) contra o regime ditatorial e corrupto de Mobutu faz perigar os interesses dos capitais belgas, franceses e americanos, que naquela província do Zaire ascendeu a mais de um bilião de dólares. Assim se explica as preocupações dos países capitalistas no auxílio às forças governamentais.

A França, a Bélgica e os EUA enviam armamento e aviões dando apoio logístico às tropas do rei de Marrocos para cumprirem com as tropas zairenses e as tácticas do imperialismo americano, já que este, devido às contradições internas e às recentes derrotas dos EUA tanto no Sueste Asiático como em África, preferem lançar os seus aliados na acção directa, ficando eles na retaguarda.

Mas é nas situações concretas que os defensores da apregoada liberdade e democracia deixam cair a máscara e mostram de facto que, por mais subtils que sejam as tácticas utilizadas, a sua estratégia é sempre a exploração, opressão e repressão dos povos.

O Zaire é um dos muitos exemplos onde os interesses do imperialismo nas riquezas de matérias primas (cobre, diamantes, estanho, magnésio, bauxite e cobalto) conduziu um país a uma grave situação económica, diminuindo o nível de vida do seu povo podendo afirmar-se que o povo zairense vive na maior miséria, enquanto Mobutu à frente de uma elite de 150 famílias tem em nome pessoal milhões de dólares em bancos internacionais, isto contrastando com o défice da balança de pagamentos do país que atingiu 600 milhões de dólares no ano de 1976.

Mas o que significa esta internacionalização do conflito interno zairense tão desejada pelo fantoche Mobutu?

Por um lado, poderá ser uma forma do corrupto e decadente Mobutu se poder aguentar por mais algum tempo, devido ao apoio do imperialismo internacional, que na falta de uma alternativa tentará segurar um regime, que estava a cair de maduro. Por outro lado, aproveitam os incidentes internos no Zaire para tentarem tirar as espinhas da garganta em relação aos seus interesses perdidos nas ex-colónias portu-

guesas, especialmente em Angola. É nesta perspectiva que poderão ser encarados os acontecimentos recentes nesta zona nevrálgica contra líderes africanos e o apoio dado pela França a movimentos fantoches que intervêm em Angola, neste caso especialmente a FLEC tudo isto integrado num esquema estratégico bastante, complexo mas devidamente denunciado há mais de um mês pelo Governo Popular de Angola como «Operação Cobra 77», que poderá levar à invasão deste país directa ou indirectamente por forças imperialistas.

(1) A FLNC identifica-se como um movimento revolucionário e progressista que luta não só contra Mobutu, mas também contra o sistema em que se baseia tal regime e que caracteriza por determinados princípios gerais: Uma teoriarevolucionária, umadisciplinapolítico-militar, a ligação com as massas, a solidariedade militante com todos os povos oprimidos em luta no mundo, apoio aos movimentos em luta de libertação nacional contra o colonialismo, o neo-colonialismo e o imperialismo, luta não só contra o Moutu, mas também contra o sistema em que se baseia tal regime).



Através do apoio a Mobutu o imperialismo tenta recuperar os seus interesses perdidos nas ex-colónias portuguesas especialmente em Angola

O 25 DE ABRIL VISTO DE ANGOLA

Continuação da pág. 11

ram-se» para o pessoal e falaram de uma outra maneira.

À medida que ia decorrendo o tempo, aconteciam coisas que nos surpreendiam como, por exemplo, um alferes que estava à frente de uma companhia operacional ser castigado pelo comandante de Batalhão por ter admitido que um guerrilheiro, salvo-erro da UNITA, pudesse ir comer ao refeitório do aquartelamento.

Ficámos sem perceber o processo, porque não foram dadas mais nenhuma informação sobre o que decorria em Portugal e o que se estava a fazer.

Só ouvimos depois a transmissão do discurso de Spínola, na tomada de posse da Junta, e isto foi muito comentado, pois os soldados sabiam alguma coisa acerca de Spínola, e havia alguém que tinha lido o «Portugal e o Futuro»; mas isto sempre numa perspectiva militarista e a malta não sabia praticamente de nada.

Devido à fraca consciência política entre os soldados, sargentos e furiéis, nunca havia discussão. Havia sempre um ou outro que sabia mais qualquer coisa, mas não se abria devido à repressão.

REV — Desde o 25 de Abril até à data em que regressaste a Portugal houve alguma alteração da vida militar a nível de operações, do ambiente no quartel, etc?

— Voltei a Portugal em Setembro de 74 e até lá continuaram as mesmas operações. Posso dizer que nós, que até ao 25 de Abril não tínhamos tido baixas nos confrontos com os guerrilheiros, a 6 de Junho, quando a nossa companhia estava a acabar os 24 meses da Comissão, houve uma embos-



cada da UNITA, em que morreram 6 soldados nossos e ficaram bastantes feridos.

É de notar aqui que a UNITA, por essa altura, massacrava a morteiro a população praticamente toda de uma aldeia, onde não havia nenhum branco.

Isso levou-nos a supor que a UNITA pretendia tomar rapidamente o controlo da região, o que era indício de que algo se estava a preparar acerca da permanência dos portugueses nessa zona.

REV. — Nunca tiveram acesso a informações que chegassem por vias diferentes das dos comandos militares?

— Praticamente nunca tivemos.

Em Luanda, vimos comentários filmados sobre as grandes manifestações que cá se fizeram no 25 de Abril, sobre a adesão popular ao golpe, mas isso foi-nos mostrado apenas sobre o aspecto da alegria e satisfação pelo que se tinha passado. Isso apenas nos fazia sentir maior desejo em regressar o mais depressa possível, para participarmos naquilo que não sabíamos bem o que era.

Mas por não haver acesso às informações sobre a situação real aqui, não fazíamos nenhuma ideia, nem tínhamos qualquer base para discussão, a não ser através de notícias vindas dos familiares.

Por via militar não nos chegou mais nenhuma informação. Ora tudo isto acontecia para que nós sentíssemos que o próprio poder militar estava a ser bastante abalado, e a partir daí nos revoltássemos contra a situação em que ainda nos mantínhamos.

Quando cheguei a Portugal, deparei, de chofre, com uma situação sobre a qual não tinha nenhuma ideia definida.

REV. — Como reagiste perante essa situação que, como dizes, te apanhou de chofre?

— Bem, a forma como eu reagi perante a nova situação é devida a um conjunto de condições anteriores ao 25 de Abril.

Eu tirei a recruta na Escola Prática de Cavalaria, e aí vivia-se num ambiente de grande repressão e coacção psicológica, tendo em vista a preparação para o combate ao Povo das colónias. Depois, durante os meses que vivi em Angola, os contactos que tive com a população e a miséria em que esta se encontrava, levaram-me a tomar maior consciência de classe e política. O que fez que, quando cheguei a Portugal e em virtude das situações vividas, eu fosse levado a fazer conscientemente uma opção política de combate radical à exploração e ao que a origina, e da qual me apercebi com muita clareza quando estive em Angola.

O 25 DE ABRIL DE 74 ANALISADO POR UM CAMARADA DA DIRECÇÃO DO PRP

O «Revolução» entrevistou o camarada Carlos Antunes, membro da Direcção Nacional do Partido, da qual já fazia parte anteriormente ao 25 de Abril, no sentido de ele nos falar sobre a análise que o Partido fazia da situação, no nosso país nos últimos tempos do regime caetanista, e sobre as novas perspectivas que o derrube do fascismo abriram para o Partido

REV: Qual era a análise que o Partido fazia na altura sobre as perspectivas políticas nos últimos tempos do regime fascista e será que essa análise punha a possibilidade de um golpe como o 25 de Abril?

C. Antunes: O partido, desde a sua fundação, e antes através das Brigadas Revolucionárias, fazia uma determinada análise da situação política e definia a partir daí uma estratégia.

Mais concretamente, a crise do regime fascista sob o ponto de vista económico e social, agravada com a luta que esse mesmo regime era obrigado a travar em três frentes — Angola, Guiné e Moçambique — conduziu-nos, ou foi um dos elementos determinantes, para definir a nossa política e para muitos de nós pôrmos em causa a tática e a estratégia reformista.

Naturalmente que, e ao contrário de muitas organizações, nós dizíamos que havia condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento do processo revolucionário de massas e, concretamente, para fazer acompanhar o processo revolucionário de acções armadas, de um processo de luta armada que aproveitasse no sentido de uma definição mais rigorosa da política do proletariado.

Não prevíamos, como ninguém podia prevêr, que o processo dos capitães, do qual estávamos ao corrente e que num determinado momento tinha uma natureza reivindicativa, cooperativa, viesse tão rapidamente a desembocar num movimento político com características de golpe de estado.

Entretanto, e queria recordar isto, como um facto extremamente importante, nós conhecíamos esse movimento por dentro, sem com isso querer dizer que pudessemos exercer directamente qualquer tipo de influência sobre ele (uma coisa é conhecer e outra é poder exercer influência — e já iremos ver que consequências isto tem para o movimento revolucionário). Pela acção concreta que desenvolvíamos contra a guerra colonial, não só de massas como armada, de sabotagem, sabíamos do impacto que essas acções tinham no interior dos quadros das Forças Armadas. E naturalmente que assim se pode dizer que efectivamente exercemos influência sobre eles, sobre a parte mais progressista; é possível que sobre a parte, digamos, spinolista, aquela que tinha ideias neo-colonialistas, exercéssemos uma influência que não era positiva, que era levá-los a assumir dentro do contexto das Forças Armadas fascistas e colonialistas a posição de que era necessário romper com o regime no sentido de salvar aquilo que era possível salvar.

Esta é a análise que fazíamos. O conhecimento que tínhamos do desenvolvimento do processo no interior das próprias Forças Armadas — e é bom recordar aqui que nós nunca poderíamos ter feito determinadas acções sem organização no interior dessas Forças Armadas (Lembro-me

por exemplo de acções como a dos barcos, como a da sabotagem do Quartel General em Bissau e outras) — e, por outro lado, a reacção que houve a dada altura, «Congresso dos Combatentes» que era já um Movimento ultradireitista, ultrafascista, no sentido de se opor à corrente anti-colonialista que existia dentro das FA, nós aí, perante a reacção que começamos a verificar a esse «Congresso de Combatentes», descobrimos que o Movimento era suficientemente largo e vasto já nas FA, o descontentamento era suficientemente profundo, para o regime e Marcelo Caetano não o poder impedir.

E isto por uma razão, não que o regime fascista não pudesse reprimir brutalmente os capitães, mas perante um Movimento que já era vasto, ele tinha de escolher entre reprimi-los ou continuar a própria guerra colonial. Estava perante essa grave contradição.

Perante o 16 de Março, a direcção do Partido analisou a situação a partir das informações que tinha e afirmou que o 16 de Março não era o fim desse processo e ia forçosamente dar origem a um movimento vitorioso dos capitães.

É importante isto porque, que eu saiba, fomos a única organização capaz de, nesse momento, publicamente, afirmar isso. Outras organizações, como o PC pelo contrário, não compreendendo que o 16 de Março estava enquadrado no processo muito mais global, dizia que esse movimento e movimentos desse tipo só podiam dar origem a um fracasso, a um recuo da luta do povo português.

Quando eu digo que não exercíamos nenhuma influência orgânica sobre esse Movimento, quero dizer o seguinte — não éramos só nós que não exercíamos essa influência no Movimento. Os capitães eram muito ciosos de não se meterem com os políticos e podemos analisar todas as consequências que o facto dos revolucionários e da esquerda no seu conjunto não exercer influência directa sobre esse Movimento veio a ter no desenrolar do processo, não só permitindo, num primeiro tempo, que os spinolistas que eram contra-revolucionários, assumam a direcção desse movimento depois do 25 de Abril, como depois nós podemos verificar todas as hesitações, mesmo daqueles que eram anti-fascistas consequentes hesitações que eram fruto de estarem a fazer uma aprendizagem rápida da política e de não sabermos concretamente nada da história do processo revolucionário no nosso país e da luta dos trabalhadores e das massas populares.

**O PRP PERANTE
A NOVA SITUAÇÃO
CRIADA PELO DERRUBE
DO FASCISMO**

REV — Mais concretamente sobre o próprio desencadear do golpe, e nos dias imediatamente a seguir, qual foi a reacção do Partido?

C. Antunes — A reacção imediata



do Partido é uma reacção extremamente clara. Dentro do partido tínhamos discutido essa situação a vários níveis e isso permite-nos no dia 25 definir a nossa posição face a uma situação desse tipo, de ante-mão, com um certo avanço, e logo no dia 25 de Abril, como sabes, há um comunicado do Partido que saúda esse movimento e indica às massas a abertura dum novo capítulo da luta no nosso país e em que nós dizíamos que não podíamos repetir esquemas do passado.

Há uma grande confiança do Partido nas massas e indicam-se alguns aspectos fundamentais da nossa política, como a que a situação não se podia estabilizar em democracia burguesa, dado a luta dos povos das colónias e dada a própria crise económica no interior do país e apontamos às massas o caminho a tomar da sua auto-organização pelas suas reivindicações de natureza económica, social e política, colocando-lhes como objectivo a luta pela Revolução Socialista.

Penso que vocês publicarão com certeza este documento e verão que o partido se manifesta muito claramente sobre toda uma série de aspectos fundamentais da nossa política e que depois acabaram por ser confirmados no 2.º Congresso, legal já, do Partido por todos os camaradas. Só para recordar um aspecto, quando nós apontamos às massas as Comissões de Trabalhadores como único caminho para se organizarem e para conquistarem as suas reivindicações imediatas, permitindo uma experiência de auto-organização das massas que no nosso país foi extremamente importante, dado que elas no seu conjunto não se podiam ter organizado no período fascista, e com a possibilidade através deste caminho de elas próprias fazerem a sua experiência de auto-organização que pudesse colocar no mesmo aspecto de luta de base o problema

da Revolução Socialista.

É no seguimento disso que nós colocámos, muito mais tarde, em condições extremamente avançadas, o problema dos Conselhos Revolucionários.

REV — O 25 de Abril e a queda do regime fascista vem obrigar o Partido a toda uma série de transformações orgânicas dada a passagem da clandestinidade para uma nova situação. Podes falar um pouco sobre as questões que esta transformação levantou?

C. Antunes — Eu diria que o Partido passa de uma rigorosa clandestinidade (éramos talvez a organização que vivia sob o ponto de vista de clandestinidade numa situação extrema, dado que tínhamos escolhido a acção armada através das Brigadas e toda a gente sabia que elas estavam fundamentalmente ligadas ao partido) para aquilo que poderemos chamar uma febre legalidade.

Naturalmente que isso teve consequências, e continua a ter, não só em nós como em todas as outras organizações; consequências que derivam de se passar de um Partido extremamente centralizado, de quadros, para um grande processo de massas. Naturalmente que os aspectos orgânicos, e mesmo ideológicos, são de novo tipo. Mas para o Partido (ao contrário de muitas organizações que ou não existiam antes do 25 de Abril ou existiam e não foram capazes de suportar essa situação), dado que nós tínhamos definido muito concretamente (basta ler os documentos do Partido), desde o início, a fase da luta no nosso país, isso significou que as condições orgânicas se modificavam, mas a estratégia do partido não se modificou.

Foi, portanto, possível garantir uma certa continuidade, uma nova aprendizagem para muitos militantes que vinham da clandestinidade, uma síntese com militantes que resultavam daquele próprio processo da luta de massas, que pela primeira vez se realizava; foi possível pois conseguir uma síntese e, mais do que isso, foi possível evitar, sobretudo no terreno da organização, aquilo que se poderá chamar o oportunismo da organização que é considerar que as pessoas pelo facto de participarem numa outra luta pontual podem ser membros dum partido de vanguarda. E verificamos em algumas organizações que existiam antes do 25 de Abril, e outras que só acabaram por ser criadas depois, todo o tipo de oportunismo que se reflectiu na forma como se organizavam e como passaram a ter uma expressão que era a expressão das próprias contradições que existiam dentro do processo no seu interior. É assim que vemos várias organizações que desapareceram, outras que cindem, outras que aparecem...

Verificamos efectivamente que no PRP há uma linha de continuidade que resulta de uma certa maturidade ideológica, de termos vivido em condições extremamente difíceis e de termos podido passar para condições novas, aceitando que era importante fazer a síntese com tudo o que resultava desse profundo movimento de massas, tudo quanto resultava no sentido da vanguarda.

25 de Abril

25 DE ABRIL - TR

Aquilo que foi o 25 de Abril de 1974 tem de ser visto na perspectiva do que é o 25 de Abril de 1977

Assim se avaliará se foi errada ou certa a análise política feita no momento e qual a evolução das estruturas políticas a partir de então Poder-se-á também fazer uma avaliação do que poderão ser os anos que se seguem

25 DE ABRIL DE 1974 GOLPE MILITAR OU REVOLUÇÃO?

Apelidar o «25 de Abril de 1974» como uma Revolução é um dado comum que encontramos desde as publicações do C.D.S. ou a ele afectas até às publicações e discursos do P.C. Em relação a este carimbo de «Revolução» e à sua exaltação como tal, é, no entanto, o P.S. o partido que mais o tem feito. Para o P.S. a Revolução ficou feita e refeita no 25 de Abril e por isso é necessário «consolidá-la».

Não falamos aqui dos partidos e organizações que ficam à direita do CDS, os quais consideram, evidentemente, também como «Revolução» o 25 de Abril, mas partem logo de uma posição anti-Revolução, contra-Revolução. Os partidos que estão na Assembleia e que de um modo ou doutro partilharam ou partilham o poder acham-se todos na obrigação de defender a «Revolução».

É portanto um longo desafio de citações, a lista de referências ao 25 de Abril como «Revolução». É o C.D.S. que fala dos «excessos da Revolução» e é o PC que fala das «conquistas da Revolução». É o P.S. que a todo o momento recomenda que não se faça mais Revolução nenhuma... porque o que havia a fazer está feito. E, no entanto, podemos perguntar: houve uma Revolução no 25 de Abril de 1974?

É curioso que muitos dos militares que organizaram o 25 de Abril respon-

As chamadas Revoluções burguesas repetiram este esquema. Na U.R.S.S., em Outubro de 1917, a Revolução derubou a classe no poder, que representava interesses da burguesia, embora a aristocracia ainda mantivesse muito do poder, para a substituir pelo proletariado. A esta alteração corresponde sempre, evidentemente, uma profunda alteração na forma de produção dominante — é para isso que a Revolução é feita.

Pergunta-se: No 25 de Abril de 1974 foi deposta a burguesia que se encontrava no poder e foi essa classe substituída pelo proletariado? É tão evidente que não, que se torna surpreendente como organizações que se dizem marxistas podem chamar Revolução ao que se passou. No 25 de Abril de 1974 o que se deu foi um golpe militar que derubou uma fracção da burguesia que se encontrava no poder e que o exercia sob a forma fascista, substituindo-a por outra fracção da mesma classe — fracção liberal e democrática. É por isso, é por nunca o poder ter mudado de mãos em termos de classe, que hoje é possível estarmos sob a ameaça de um regresso ao fascismo. A burguesia não consegue, nas condições do nosso País, exercer o poder sob a forma liberal e «democrática»; e por isso se vê cada vez mais na necessidade de regressar ao fascismo, se quiser manter os seus privilégios e reconsolidá-los.

No entanto, este golpe militar teve características especiais, pois foi rodeado por uma tal movimentação de



E nas lutas concretas, nos campos, que os trabalhadores podem preparar um avanço sobre a direita

e para se compreender o movimento que lhe deu origem.

A causa mais profunda que deu origem ao 25 de Abril foi a terrível crise que em Portugal afectava o regime fascista e o próprio sistema capitalista, originada por uma estrutura económica que se baseava no colonialismo e em formas atrasadas de produção capitalista. Tal como se ouvia comentar pelo próprio bom senso: «O regime estava caduco», «O regime estava podre...» Os últimos meses do fascismo dão disso uma imagem significativa — as contradições rebentam por todo o lado; as discussões internas da Assembleia Nacional fascista atingem ridículos espectaculares; o Presidente do Conselho vê-se obrigado a ir buscar dois generais dissidentes (Costa Gomes e Spínola) para a chefia e vice-chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. A ala mais liberal da Assembleia Nacional (Sá Carneiro, Pinto Balsemão e outros que vieram integrá-lo futuro P.P.D.) já antes se tinha afastado do regime. O capital financeiro mais dinâmico desejava uma alteração do regime que permitisse uma modernização do capitalismo português e uma transformação do colonialismo em neo-colonialismo. O livro de Spínola «Portugal e o Futuro» podia bem simbolizar essa tendência.

A guerra colonial era insustentável para o Estado português. A libertação das colónias era um movimento irreversível. Não se libertaram de mãos mais fortes a Argélia e o Vietname? O Exército português não queria continuar a guerra.

Por outro lado, a própria crise económica, a inflação, o aumento do custo de vida, determinavam uma movimentação entre os trabalhadores portugueses que é, ela própria, o embrião da que se lhe sucedeu após o 25 de Abril. No ano que precedeu a queda do fascismo as lutas de trabalhadores produziram-se por todo o lado e as formas de organização que assumiam tinham um carácter autónomo — Fábrica de Limas Tomé Feteira, Metropolitano, Fábricas de Tintas, Electrónica, T.A.P. As acções armadas desencadeadas primeiro pelas B.R. e a A.R.A. e depois apenas pelas B.R., eram uma realidade com que o regime contava e que constituía de certo um dos seus calcanhares de Aquiles, pois a P.I.D.E. não conseguia detectar as Brigadas e a ameaça de acções inesperadas era um perigo que pesava sobre o poder e o enfraquecia.

É neste quadro geral que surge o Movimento dos Capitães, ele próprio fruto de todas estas condições. Não

são pois as reivindicações profissionais que estão na origem do movimento, que constituem a causa da sua formação; elas apenas são um desencadeante, um factor próximo de somenos importância.

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES — O M.F.A.

Iniciado com motivo em reivindicações, o Movimento dos Capitães levou algum tempo a transformar-se em político, mas veio a dar efectivamente no instrumento de derube do fascismo.

Desde o início esse movimento continha, no entanto, as contradições que no futuro haviam de dar a heterogeneidade do M.F.A. Logo no princípio se geraram conflitos entre os que à viva força não queriam sair do trilho reivindicativo e aqueles que vislumbraram logo o seu cunho político. E a estas oposições seguiram-se as geradas pelos diferentes programas e a necessidade do seu ajustamento. Estas diferentes posições dos diferentes oficiais implicados no movimento, continham em si aquilo que viria a dar as várias tendências dentro do M.F.A. — oficiais que tomaram posições revolucionárias e que se colocaram claramente ao lado dos trabalhadores, oficiais que vieram a ter posições de direita ou mesmo de extrema direita e oficiais que assumiram posições sociais-democratas ou reformistas. Não havia unidade ideológica no Movimento dos Capitães, como não houve no M.F.A. Esses oficiais tinham em comum exactamente ser oficiais de patente iguais ou próximas, isto é, pertencerem ao mesmo extrato dentro das Forças Armadas. Mas a evolução dos acontecimentos viria a mostrar as suas divergências. Dentro do poder viriam a perceber que a unidade era impossível, que uns e outros tinham amigos e inimigos diferentes, que os objectivos eram diferentes, que a linguagem não era comum. E de tal modo isto se veio a acentuar, que hoje estão muitos, de certo a maioria, sentados no banco dos réus, enquanto outros estão no poder.

Estava certa a análise que desde o início via esta clivagem no seio do M.F.A. e estava errada a análise e a tática reformistas que vitoriassem o «glorioso M.F.A.», a «unidade do M.F.A.» e a «unidade das F.A.», passando por cima de interesses de classe, passando por cima da evidência. E não esqueçamos que antes do 28 de Setembro era considerado provocatório pelos reformistas classificar Spínola de fascista!... Em nome de



dem eles próprios a esta pergunta, dizendo: «Não fizemos uma Revolução, o que fizemos foi um golpe militar».

Pois o que é uma Revolução e o que é que se passou realmente a 25 de Abril de 1974?

Uma Revolução é o derube de uma classe que está no poder e a sua substituição por outra classe. Na Revolução Francesa foi deposta a aristocracia que era a classe dominante e substituiu-a no poder a burguesia.

massas e foi seguido de um tal impeto nessa movimentação, que grandes transformações se operaram na situação económica, social e política, que ultrapassaram em muito os objectivos iniciais do movimento que derubou o fascismo.

ANTECEDENTES DO 25 DE ABRIL

Já há hoje elementos bastantes para se fazer a história do 25 de Abril

TRÊS ANOS DEPOIS

uma unidade que não existia e que era nefasta para os trabalhadores.

O QUE É FEITO DO M.F.A.?

Se olharmos para a longa lista de oficiais que vão a Conselho Superior de Disciplina, verificamos que a maior parte pertenceu ao movimento inicial e que todos pertenceram ao M.F.A. Entre eles não se pode ignorar que se encontra Otelo, chefe incontestado do movimento. Podemos dizer que é já o 25 de Abril que está a ser julgado!... O erro que a direita não perdoa a esses homens é serem feito o 25 de Abril. E é isso que vai julgar, por mais que encontre pretextos em falsas «sevícias» e em falsas «atitudes partidárias».

No entanto, uma parte do M.F.A. está ainda no poder, verdade realmente contraditória, se atendermos a que outra parte está a ser julgada. Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pesarat Correia, estão no Conselho da Revolução. Mas, no entanto, já se abatem sobre eles os focos de uma direita que os quer eliminar, porque sabe que são um obstáculo ao estabelecimento de um regime de repressão sobre os trabalhadores. Esses homens estão na lista negra da direita. A sua presença no poder complica a vida ao imperialismo e obrigá-lo-á a um golpe de força para correr com eles, assim como aqueles que nos quartéis os representam. E, no entanto, foram eles que abriram caminho ao imperialismo ajudando a fazer o 25 de Novembro!... Mas neste momento, pela evolução dos acontecimentos e por aquilo que a sua própria história lhes mostrou, são aliados reais dos trabalhadores.

Mas para além destes homens do M.F.A., há também aqueles que há muito se puseram numa posição claramente de direita: os spínolistas. Nisto tudo veio a dar o M.F.A.

A SITUAÇÃO TRÊS ANOS DEPOIS

Foi exactamente pela indefinição do poder que se seguiu ao 25 de Abril, pela conciliação e coligação de classes que representou, mesmo nos seus momentos mais progressistas, que foi possível que a situação se deteriorasse de modo a vir dar a realidade presente.

A crise económica que o País atravessava aprofundou-se devido à indefinição do sistema. E hoje e pela mão do Governo socialista, Portugal está à venda ao imperialismo. As grandes conquistas de carácter económico — ocupações e nacionalizações — estão em risco de voltarem para trás, porque não houve um poder que as tornasse irreversíveis. As garantias dos trabalhadores nas fábricas, nos campos e nas casas, são todos os dias diminuídas. O desemprego atinge meio milhão de trabalhadores. O ensino e a saúde degradam-se dia a dia.

Enquanto os oficiais do M.F.A. vão ser julgados, os «pides» são libertados após julgamentos-fantoches. Por todo o lado os senhores do poder fascista retomam o seu lugar. Os bombistas vivem e organizam-se sob o olhar

indulgente e cúmplice do poder, que tendo todas as provas na mão, lhes permite a fuga e fecha os olhos à sua actividade.

As «forças da ordem», P.S.P. e G.N.R., que nunca foram dissolvidas, voltam a ter o papel que desempenhavam anteriormente — o de forças repressivas sobre os trabalhadores. A Polícia de choque («corpo de intervenção»), dissolvida com o 25 de Abril, volta a existir tal e qual como anteriormente, com o aval não só dos Altos Comandos das F.A. como do Governo.

Os grandes meios de Comunicação voltaram a ser meios de apologia do poder, com toda a mediocridade que os caracterizava antes do 25 de Abril de 1974.

Enfim, o fascismo espera-nos para roubar as liberdades que os trabalhadores ainda têm, para impedir a sua organização, manifestação e expressão. E para com isso conseguir a recuperação integral da economia portuguesa para o sistema capitalista e a integração completa do País no imperialismo.

AINDA É POSSÍVEL VENCER

No entanto, passados três anos da queda do fascismo, desmistificadas muitas contradições e depois de muitas derrotas sofridas, os trabalhadores ainda podem vencer.

Por um lado a direita está longe de ter o caminho limpo dentro do poder. Ainda tem muitas contradições a resolver dentro do poder, ainda tem muito antifascista a limpar dentro das Forças Armadas para poder caminhar sem problemas.

É um aproveitamento dessas dificuldades que a direita ainda tem, que os trabalhadores devem fazer, no sentido de se organizarem e tornarem possível a vitória, antes que o fascismo de novo se instale.

É nas suas lutas concretas, nos campos, organizando-se para não permitir a recuperação das terras pelos latifundiários, que os trabalhadores podem preparar um avanço sobre a direita.

A tática justa não é ceder, mas sim resistir.

É nas suas lutas concretas, nas fábricas, organizando-se para não perder as que estão em auto-gestão ou organizando-se nas lutas por melhores salários, que os trabalhadores, radicalizando essas lutas, se preparam para travar o avanço do fascismo.

É organizando-se nos bairros pobres para impedir as desocupações de casas ocupadas, que os moradores se podem preparar para resistir...

É organizando-se nos quartéis, que os soldados podem impedir que o Exército se organize para um golpe fascista.

Mas esta organização nas fábricas, nos bairros, nos quartéis, não se pode fazer sem unidade. A organização partidária é necessária. Mas a organização das massas tem que se basear na unidade, na larga unidade dos trabalhadores, que tem base em pertencerem todos à mesma classe e terem todos os mesmos interesses a defender.



A organização das massas populares tem que se basear na unidade, na larga unidade dos trabalhadores

25 de Abril

Dois documentos

ORGANIZEMOS UM

A 20 de Março de 1974 o PRP-BR espalha um documento «Organizemos um 1º de Maio de Vieira de Leiria e do Porto, etc., dão-nos exemplos da combatividade crescente da classe operária que em muitos casos soube impor vitórias e tirar conclusões das suas lutas:

AGRAVA-SE A CRISE DA BURGUESIA E DO SEU REGIME

DESENVOLVEU-SE A LUTA DE MASSAS

1 — Nos últimos tempos assistimos a acontecimentos que dão a medida exacta da profundidade da crise política, com que se debate o sistema capitalista em Portugal.

O Exército, principal sustentáculo do sistema, cindiu-se em dois blocos: um em torno da continuação da política de guerra ultracolonalista e de repressão feroz contra os trabalhadores e as forças revolucionárias portuguesas; o outro bloco procurando uma saída neocolonialista para as colónias que seria acompanhada de uma manobra demagógica de «liberalização» a fim de quebrar o impulso revolucionário do proletariado português.

A expressão mais espectacular desta crise, mas não a única e muito menos a última, foi a sublevação na madrugada do dia 16, de um grupo de oficiais que marcharam sobre Lisboa no comando de uma coluna militar saída das Caldas da Rainha. As manifestações de ruptura no seio do Exército são o reflexo de uma crise política objectiva que dividiu a burguesia em duas facções que se enquadram e apoiam em sectores correspondentes do imperialismo.

Os «ultras», facção que actualmente detém o poder, procedem a sucessivas alterações de personagens dos postos chave do aparelho de Estado, numa tentativa desesperada de consolidar as suas posições, mas entretanto, os boatos de golpe de Estado da facção rival boatos que correspondem a verdadeiras tentativas, sucedem-se, e dada a situação a qualquer momento se poderão concretizar.

Estes acontecimentos a que se vem assistindo não são uma manifestação de uma crise passageira e facilmente superável.

A crise da burguesia e objectiva. Não somos nós que inventamos: os seus próprios chefes a reconhecem. As dificuldades militares, económicas, sociais e políticas põem o poder numa situação de

instabilidade e fazem com que surjam contradições agudas no seio da burguesia. Essas contradições não são só nacionais, mas dizem respeito ao sistema imperialista para quem o problema da energia foi apenas um factor revelador de uma crise já existente.

Mas em Portugal a inflação com o consequente aumento do custo de vida, a expeculação, a falta de géneros de primeira necessidade, a não satisfação dos mais elementares direitos dos trabalhadores, ultrapassa em muito o que se encontra no resto da Europa dada a sua situação particular de sujeição económica e política ao imperialismo, a que se juntou uma guerra colonial que se arrasta desde há 13 anos.

DESENVOLVEU-SE A LUTA REVOLUCIONÁRIA

2 — É, portanto, dentro desta situação que tanto a política dos «ultras», como a dos «liberais» neocolonialistas não encontram margem de manobra para superar a crise que atinge não somente o regime como o próprio sistema capitalista.

Dado o avanço da luta revolucionária dos povos das colónias com a obtenção de importantes êxitos políticos, militares e diplomáticos, é hoje claro para toda a gente que os colonialistas não poderão evitar a derrota, independentemente da tática que adoptarem.

Também em Portugal, o regime não encontra a chave da sua instabilidade nem na repressão (mau-grado a vaga repressiva, a luta desenvolve-se em todas as frentes) nem na demagogia liberalizante.

Na universidade, a luta dos estudantes assume aspectos claramente anticapitalistas, levando à paralisação de muitas faculdades.

As massas operárias através da greve, afrontam o poder capitalista nas empresas. As lutas recentes na Sorefame, Lisnave, Metropolitano, fábricas de tintas, Standart Eléctrica, Timex, metalúrgicos de

Vieira de Leiria e do Porto, etc., dão-nos exemplos da combatividade crescente da classe operária que em muitos casos soube impor vitórias e tirar conclusões das suas lutas:

— O reformismo sindical que durante anos se empenhou por obter pequenas concessões, sacrificando a luta de massas nas empresas ou bloqueando a sua radicalização, foi posto mais uma vez em causa, ficando reduzido à importância.

— Abrem-se perspectivas cada vez mais largas de organização e radicalização da luta da classe operária.

Apesar dos esforços da PIDE para impedir o desenvolvimento da luta operária através das últimas prisões, não conseguiu prender nenhum membro das brigadas revolucionárias que, estão em condições de desferir novos golpes no inimigo, e deste modo, satisfazer a unidade preconizada no seu último comunicado — «Organizar para lutar, lutar para organizar».

Mas é necessário que o proletariado vá mais além, e que não só alargue a sua organização como encontre formas orgânicas capazes de exercer a violência de massas. É no seio da classe que no processo de avanço da luta surgirão novas formas capazes de atingir o inimigo pela violência, conjugando a experiência e exemplo das Brigadas Revolucionárias com a organização clandestina nas empresas; tudo o resto é ficar a patinar no mesmo sítio, ou então voltar atrás.

A violência económica, social, política e militar da burguesia organizada como classe, é necessário opor a violência do proletariado organizado como classe. Lutar contra a forma fascista do Governo tem de ser lutar contra o capitalismo, pois são os seus interesses que é preciso atacar, revistam-se dos aspectos de que se revestirem. A unidade a construir, é a unidade anticapitalista que marca o fosso intransponível entre as duas classes antagónicas e que ataca o sistema em si mesmo.

PARA A INSURREIÇÃO PROLETÁRIA

3 — A oposição moderada, muito verbalista durante as últimas «eleições», mas muito tranquila quanto a outros métodos e meios de luta, pretende tirar partido das suas posições reformistas, margina-

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Um golpe militar acaba de sair triunfante após um longo período de ameaças e boatos, durante o qual o capitalismo português mostrou o espectáculo da sua crise.

A situação portuguesa tornou-se insustentável. O galopante aumento do custo de vida, a falta de géneros de primeira necessidade, a especulação, a guerra e as suas consequências colocaram o país numa situação insuperável. Esta crise económica, social e política agravou-se cada vez mais e o sistema capitalista português mostrou-se incapaz de a resolver.

Por mais que prendesse e reprimisse, por mais que sufocasse os movimentos populares, o regime não conseguiu parar as movimentações de trabalhadores, que assumiram nos últimos meses o carácter de greves vitoriosas, na Sorefame, na Lisnave, no Metropolitano, nas fábricas de tintas, na Standard Eléctrica, na Timex, nos metalúrgicos de Vieira de Leiria e do

Porto. Também não conseguiu deter as acções armadas das Brigadas Revolucionárias que a 22 de Fevereiro e 9 de Abril desferiram golpes na máquina de guerra colonial, com as sabotagens no Q.G. de Bissau e no navio Niassa.

QUE SIGNIFICA O GOLPE MILITAR DE 25 DE ABRIL?

Dentro do capitalismo português e perante a crise que atravessa formaram-se duas facções: a facção dos «ultras» que queria manter a todo o transe a política tradicional e travar a guerra até ao fim, e a facção dos «liberais», que percebeu que a única «saída» possível seria uma política em novos moldes modernizando o regime e tratando o problema colonial em termos pacíficos. Todo um exército farto de fazer a guerra, vai apoiando pouco a pouco esta segunda facção, acabando, no golpe militar, que mostrou uma

situação totalmente incontrolável pelo Governo

MAS QUE ALTERAÇÃO TRAZ AOS TRABALHADORES A NOVA SITUAÇÃO?

— O «Movimento das Forças Armadas» é um movimento que se organiza para a «restituição das liberdades cívicas» ao povo português e para a definição duma «política ultramarina que conduza à ppaz entre portugueses de todas as raças e credos». Ora as «liberdades cívicas» não chegam para resolver os problemas dos trabalhadores portugueses. ENQUANTO HOUVER BURGUESIA, ENQUANTO HOUVER PATRÕES, OS TRABALHADORES SÃO EXPLORADOS NO SEU TRABALHO, CONTRIBUINDO DIARIAMENTE PARA OS LUCROS DA EMPRESA PARA A ACUMULAÇÃO DA RIQUEZA DA BURGUESIA. Muito embora exista liberdade de se escrever nos jornais e liberdade de se falar na rua, a LI-

BERDADE DE EXPLORAR VAI CONTINUAR.

Quem continua no poder é a burguesia. O povo hoje vem para a rua e entusiasma-se justamente com a possibilidade de poder gritar e de poder falar livremente sem que a polícia lhe caia em cima. O povo hoje entusiasma-se porque ouve a Junta falar contra os instrumentos de repressão que há longos anos o sufocam. Mas terá de compreender que a exploração continua, que a burguesia se mantém no poder e que os trabalhadores nada têm a ver com a revolta nem com o regime.

A situação económica portuguesa é consequência do sistema capitalista português e da sua dependência em relação ao imperialismo mundial. Ora nem o sistema capitalista vai mudar, nem o imperialismo vai deixar de dar o seu apoio (e de manter a dependência), como se tem observado nas últimas horas e como era lógico prever.

históricos do P.R.P.

1.º DE MAIO DE COMBATE

lizando as posições revolucionárias. E tira de facto partido, visto que a repressão selecciona o alvo dos seus golpes, mostra onde está o seu verdadeiro inimigo. Poderemos dizer que a uma política de classe, corresponde uma repressão de classe.

Desesperada pela sua própria crise e pelas acções reveladoras de organização revolucionária do proletariado, a burguesia envereda pela repressão atacando cegamente. Tomando como pretexto a prisão de um grupo de militares da organização LUAR, a PIDE, por simples suspeita e represália, desencadeiam uma vaga de prisões incidindo sobretudo no meio cristão revolucionário, dada a sua consequente actividade anticolonial, nomeadamente nos acontecimentos da Capela do Rato.

A violência empregue durante esta vaga repressiva veio ultrapassar os métodos habituais: isolamento total, longos períodos de «tortura do sono», espancamentos selvagens, incidindo em presos por simples suspeita, atingiu aspectos anteriormente não revelados. De facto, a prisão sem provas, a que se seguem torturas com o objectivo de as obter, é ultimamente o método corrente. A prisão em massa de 170 estudantes liceais, alguns extremamenteovens; as rocambolescas operações policiais de invasão e saque das instalações das associações de estudantes, acompanhadas do afastamento compulsivo da Universidade com prisão de largas dezenas de estudantes universitários; assim como a brutal intervenção das forças repressivas sobre os trabalhadores ao menor sinal de movimentação reivindicativa — eis as características de uma repressão desesperada que ataca às cegas à procura do inimigo. A burguesia sabe observar donde vem uma verdadeira política do proletariado que põe em perigo o poder, e a repressão mostra, escandalosamente, quem é o inimigo.

Mas à burguesia fascista, ao reformismo da oposição «democrática», não basta opor o uso dos meios violentos. É necessário que o proletariado construa uma forte organização defendida do inimigo pelo reforço clandestino. É necessário que os golpes da repressão mostrem que não se podem repetir erros do passado, e que a defesa da organização proletária consista cada vez mais em reforçar a organização clandestina, de modo a não a expor

aos olhos do inimigo de classe.

O proletariado tem mostrado que conquistou para o seu lado meios pelos quais pode enfrentar a violência da burguesia. Quando à repressão se pode opor a organização, não há razão alguma para algum crime ficar impune.

Perante a crise da burguesia não há que cruzar os braços, porque o poder não cairá de podre, como por vezes nos querem fazer crer; perante a crise da burguesia há que lutar cada vez mais, de modo a aproveitar as condições objectivas. A insurreição tem de ser concebida como uma realidade sobre a qual se trabalha desde já e não como qualquer coisa longínqua e abstracta. A organização clandestina do proletariado tem de se armar de todos os meios ao seu alcance de modo a tornar possível a vitória, construída desde este momento.

POR UM 1.º DE MAIO REVOLUCIONÁRIO

4 — Face a esta situação qual deve ser, neste momento, a atitude do proletariado e das forças revolucionárias? Será como pretendem os reformistas e revisionistas apoiando na sombra a fracção «liberal» neocolonialista e preconizando uma paralisação da luta, a pretexto de não assustar a burguesia?

Não. Os interesses do proletariado não se confundem com os interesses de uma ou outro facção da burguesia exploradora. Tão pouco compete ao proletariado escolher qual das facções da burguesia vai assumir o poder sob o qual continuará a ser explorado. Esta situação pressupõe, mais do que nunca, uma posição intransigente de classe, o que, neste momento, significa desenvolver a luta em todas as frentes no sentido do aproveitamento táctico da situação.

Ao contrário do que afirmam os reformistas e revisionistas, será no desenvolvimento da luta numa posição de classe que, não só se aproveita a crise actual, como se forçará o seu agravamento conquistando posições que poderão ser de grande importância num futuro próximo.

Por isso se impõe aos revolucionários trabalharem desde já na preparação de meios e na organização rigorosamente clandestina para o 1.º de

Maio. Maio de 74 aparece em circunstâncias, que exigem que a classe operária dê um importante passo na conquista dos seus direitos, e que desde já se faça o possível para aproveitar essa data para fazer com que a luta revolucionária avance qualitativa e quantitativamente. Os movimentos reivindicativos têm-se multiplicado e radicalizado nos últimos tempos; mas é necessário que a luta pelos interesses imediatos — salários, assistência, transportes, educação, habitação, etc., — não seja uma luta para viver menos mal durante algum tempo, mas antes um passo na experiência, na organização e na unidade da classe, para a revolução socialista, que é o poder dos trabalhadores.

É, um dever de todo o trabalhador consciente procurar, desde já, organizar-se na sua empresa, no seu bairro. Sem a preparação imediata não será possível fazer do 1.º de Maio uma grande jornada de luta proletária. Não basta fazer agitação. É necessário organizar os trabalhadores em cada local para paralisações, greves, manifestações e outras acções revolucionárias.

É necessário que os trabalhadores se organizem para fazer paralisações, greves e manifestações, mas tal não é suficiente. É também necessário que se organizem para a defesa, perante a repressão dessas paralisações, greves e manifestações.

No 1.º de Maio ninguém trabalha. No 1.º de Maio conquistemos a rua!

Façamos do 1.º de Maio uma grande jornada de luta revolucionária e um novo passo:

- Pelo reforço da organização revolucionária do proletariado!
- Pela conjugação da luta de massas com a luta armada!
- Pela insurreição proletária!
- Pela revolução socialista!
- Pela ditadura do proletariado!

20 de Março de 1974.

Comissão Executiva do Partido Revolucionário do Proletariado

EM 25 DE ABRIL DE 1974

SÓ A REVOLUÇÃO SOCIALISTA, COM OS TRABALHADORES NO PODER, PODERÁ ALTERAR AS ACTUAIS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DANDO O PRODUTO DO TRABALHO A QUEM TRABALHA.

E QUE POLÍTICA COLONIAL PODEREMOS ESPERAR DA JUNTA MILITAR?

As personalidades que estão no poder são heróis da guerra colonial, capazes de travar uma luta das mais cruéis contra os povos das Colónias. O facto de neste momento terem percebido que a via militar não é a solução, não significa que outras soluções serão o as justas.

Não há «portugueses de todas as raças e credos»: há o povo português e há os povos de Angola, Guiné e Moçambique. A única solução justa é a independência imediata, incondicional e completa destes países, há

séculos sujeitos à presença colonial portuguesa, com a qual travam uma guerra de libertação.

Tudo o resto são soluções que apenas visam continuar o domínio económico, social e político por formas mais habilidosas, que caracterizam o neo-colonialismo.

PELA ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO

Ao proletariado, sujeito a condições de exploração e de miséria, cabe neste momento encontrar as soluções justas para a defesa dos interesses da sua classe no momento actual.

Os social-democratas apoiando abertamente o golpe militar e convidando os cidadãos a ter calma e a colaborar mostram claramente de que lado estão. Os reformistas e o chamado «Movimento Democrático» apoiando o golpe, exactamente sobre a hora da sua realização, mostram também de que lado estão

CABE AOS TRABALHADORES RE-

VOLUCIONÁRIO RESPONDER A ESTE OPORTUNISMO COM FORMAS JUSTAS DE ORGANIZAÇÃO E DE COMBATE, QUE CORRESPONDAM AO MOMENTO ACTUAL.

Nem provocação, nem apoio.

Nem actos isolados, que possam estabelecer a confusão e aproveitar à burguesia, nem atitudes de apoio, que mascarem os verdadeiros interesses em jogo.

OS TRABALHADORES DEVEM CONSTITUIR-SE EM COMISSÕES DE FÁBRICA, DE EMPRESA, QUE DEBATEM O MOMENTO POLÍTICO E QUE ELABORAM REIVINDICAÇÕES.

Essas comissões juntar-se-ão a outras já existentes e que têm desenvolvido as últimas lutas, fortalecendo-se e coordenando-se para a criação da ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DO PROLETARIADO.

SÓ A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PODE CONQUISTAR PARA ESTES O PODER. Não podem esperar

que por milagre lho venham oferecer numa bandeja. A sorte dos trabalhadores só mudará quando eles próprios a mudarem.

CONSTITUAM-SE COMISSÕES DE TRABALHADORES. PELA LUTA NAS EMPRESAS, PELO DEBATE POLÍTICO, QUE O DEBATE SEJA PÚBLICO, QUE O DEBATE SEJA NA RUA: IMPOÑAM-SE COMÍCIOS PÚBLICOS PARA DISCUSSÃO DO ACTUAL MOMENTO POLÍTICO.

No 1.º de Maio vamos para a rua. DEFENDAM-SE OS INTERESSES DOS TRABALHADORES.

ABAIXO O COLONIALISMO E O NEO-COLONIALISMO
ABAIXO O CAPITALISMO E O IMPERIALISMO!

PELA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
25 de Abril 1974

Partido Revolucionário do Proletariado

25 de Abril

OS TRABALHADORES E O 25 DE ABRIL

Uma das características do 25 de Abril foi a adesão espontânea dos trabalhadores ao golpe militar desencadeado

Sobre esta questão o «Revolução» entrevistou dois camaradas que naquela data trabalhavam na TAP e na Fábrica Militar de Braço de Prata e que nos falaram ainda da situação em Abril de 1974 nas empresas onde trabalhavam e das novas perspectivas de luta e organização criadas com a queda do regime fascista

REVOLUÇÃO — Qual era a situação a nível de lutas de trabalhadores que existia na empresa a 25 de Abril?

TRAB DA FMBP — A situação antes do 25 de Abril caracterizava-se por uma grande contestação ao que se passava dentro da fábrica. Tempos antes tinha mesmo havido uma paralização de trabalho, em que participaram quase todos os trabalhadores. Houve então engenheiros militares que nos tentaram levar a acabar a paralização e houve uma tentativa de um oficial de chamar a PIDE a intervir o que não veio a acontecer. Esse oficial depois do 25 de Abril viria a ser transferido. A paralização destinava-se entre outras coisas a reivindicar aumentos de salários, pois os que lá se verificaram eram verdadeiramente salários de miséria, muito mais baixos que os que então já se praticavam em empresas civis do sector público.

TRAB DA TAP — Antes do 25 de Abril a TAP tinha vivido um processo de luta extremamente agudo que se desenrolou à volta do Acordo Colectivo de Trabalho e de Reivindicações Salariais.

A negociação deste acordo vinha-se a processar desde o início de 1973 e culminou em Julho, no dia 12, com a intervenção da polícia de choque que reprimiu os trabalhadores que efectuavam uma concentração que tinha como objectivo a discussão das propostas e das contrapropostas apresentadas. Esta concentração veio no seguimento de outras formas de luta anteriormente desencadeadas, principalmente pelos trabalhadores ligados à manutenção e que tinham incluído paralizações parciais e greve de zelo.

Este processo de luta então desencadeado veio a ser para os trabalhadores da TAP uma importante experiência que viria permitir, depois do 25 de Abril, que se encetassem determinadas formas de luta e de organização.

REVOLUÇÃO — A situação política que então se vivia levou-vos com antecedência a pôr a possibilidade de um golpe de estado do tipo do 25 de Abril?

TRAB DA FMBP — No meu caso devo dizer que nessa altura politicamente era muito pouco ou nada esclarecido, porque as condições em que sempre tinha vivido não permitiam grandes esclarecimentos.

E como eu muitos dos camaradas da fábricas. No entanto, toda a gente pressentia que havia qualquer coisa no ar, mas que tenha havido contactos entre as pessoas para discussão e posterior adesão a um golpe deste tipo, acho que não houve ou pelo menos eu não tive conhecimento.

Acho de facto, talvez devido a essa falta de esclarecimento político de que

falei há pouco, que a maioria das pessoas não tinha capacidade de analisar e de tirar a conclusão que algo de mais importante se estava a passar.

TRAB DA TAP — A situação política que então se vivia, que se caracterizava principalmente pelo aprofundamento da guerra colonial e o agravamento das condições de daí advinhando, pelo agravamento da distúção económica devido ao não desenvolvimento do capitalismo e, por outro lado, pelo crescimento da resistência anti-fascista das massas trabalhadoras, com aspectos pontuais nesta e naquela luta, faziam prever para mais cedo ou mais tarde a inevitabilidade duma saída violenta. Saída violenta esta que tanto podia ser organizada pelo imperialismo que se via obrigado a repor determinadas condições indispensáveis para um mínimo de desenvolvimento no sistema capitalista, como ser um golpe militar com o cariz que teve o 25 de Abril e cujas origens foram, sem dúvida, as contradições ligadas à guerra colonial, à composição do exército e às suas origens sociais.

REVOLUÇÃO — Qual a reacção dos trabalhadores da empresa quando tiveram conhecimento que se tinha desencadeado o golpe?

TRAB DA FMBP — Eu tomei conhecimento do 25 de Abril antes de

sair para o trabalho. Quando cheguei à fábrica a situação estava muito confusa. Começámos a discutir acerca do que se estaria a passar, mas tudo estava ainda muito pouco esclarecido. Sabia-se apenas que havia um golpe, que os soldados estavam na rua, e mais nada...

Entretanto veio ordem para abandonarmos a fábrica. Claro que a maioria das pessoas ficou na rua, não foi para casa, quis tomar parte no 25 de Abril...

E penso mesmo que se as pessoas não tivessem ficado na rua o 25 de Abril nunca tinha sido o que foi, nunca tinha passado dum golpe de estado, tinha sido apenas uma troca de postos, uma troca de pessoas. Penso que foi, de facto, as pessoas terem participado, terem estado nos pontos mais quentes, que fez com que o 25 de Abril tivesse as dimensões que teve.

TRAB DA TAP — No 25 de Abril, como a empresa foi encerrada, os trabalhadores não puderam comemorar este dia no seu local de trabalho. A primeira reacção então verificada foi a de surpresa com o desencadear das operações a que se seguiu uma grande receptividade dos trabalhadores à situação criada e ao processo desencadeado. Receptividade esta que tinha ainda muito pouco de consciência de classe, mas que se baseava principalmente no estado de espírito emocional que a queda do regime e tudo o que isso poderia significar a nível das massas trabalhadoras tinham originado.

REVOLUÇÃO — Que pensaram os trabalhadores do 25 de Abril, isto é, quais as perspectivas de luta e de organização que este vos abriu?

TRAB DA FMBP — O 25 de Abril abriu-nos perspectivas de luta

que antes não existiam. Como disse há pouco, os salários na fábrica eram muito baixos o que fez com que desde o princípio se começasse a criar formas de organização dos trabalhadores.

Organização essa que apesar de ao princípio ter sido controlada partidariamente, o que levou que muitas lutas tivessem sido boicotadas por jogadas de gabinete feitas por essa força partidária (como exemplo destas jogadas, apenas isto: nós nessa altura não éramos sindicalizados e a Comissão de Trabalhadores, ou pelo menos alguns dos seus elementos, fizeram-nos crer que se dessemos um dia de trabalho para a Intersindical isso poderia servir de «cunha»; aconteceu que demos esse dia de salário e ainda hoje não somos sindicalizados), acho que nem por isso deixou de ser importante. Entre as formas de organização criadas conta-se a Comissão de Trabalhadores, que embora não tenha sido totalmente operante devido entre outras coisas ao controlo dos reformistas, que embora nunca tenha tido a dimensão necessária para ser o que as Comissões de Trabalhadores terão de ser em termos de poder, considero que a sua criação foi um facto importante porque muita gente que era um bocadinho céptica em relação a estas formas de organização, hoje sente necessidade dela.

No que respeita a saneamentos, eles na fábrica praticamente não existiram. Houve a transferência do oficial de que já há pouco falei e houve apenas mais uma transferência, a de um capitão que tomava conta do refeitório.

Saneamentos portanto não houve. Nem mesmo de indivíduos que colaboraram com a PIDE. A Comissão de Saneamento da empresa viria mesmo; depois do 25 de Novembro, a devolver os depoimentos aos acusadores, pois a situação então criada já não garantia que não fossem estes que viessem, em consequência das suas declarações, a ser despedidos.

TRAB DA TAP — Logo após o 25 de Abril gera-se um grande movimento na TAP que não teve apenas o carácter reivindicativo que caracterizava a maioria das lutas então desencadeadas por todo o país — luta por aumento de salários, apresentação de novos cadernos reivindicativos, etc.

Na TAP, a luta que se desencadeou à volta destas questões permitiu, talvez pela primeira vez após o 25 de Abril, um clarificador de posições, nomeadamente do reformismo, em que este actua no sentido de travar e mesmo trair o avanço dos trabalhadores, e também por parte do Poder que, também pela primeira vez depois do golpe de estado, que derrubou o regime fascista, reprimiu os trabalhadores enviando para a TAP uma força policial, isto é, fazendo a militarização da empresa.

A luta na TAP teve, com efeito, para além destas questões reivindicativas, pontos marcadamente políticos, como o saneamento da antiga Administração e de elementos comprometidos com a PIDE e com o regime.

Quanto à organização, avançou-se de imediato na eleição da Comissão de Trabalhadores e de delegados sindicais, tendo este último facto desenvolvido em muito a organização sindical na empresa.



A LUTA DOS TRABALHADORES NOS ÚLTIMOS TEMPOS DO FASCISMO

No período imediatamente anterior ao 25 de Abril, devido principalmente à degradação económica que se acentuava e ao consequente piorar das condições de vida das classes trabalhadoras, assistiu-se a um recrudescer das movimentações dos trabalhadores. Como exemplo destas movimentações o «Revolução» publica hoje uma retrospectiva de algumas das últimas lutas desencadeadas na região de Lisboa desde o último trimestre de 1973 até a Abril de 1974.

APLIED MAGNETICS

— Sacavém

Cerca de 70 (secção de matizes — mulheres) dos 600 trabalhadores desta empresa multinacional de material eléctrico, paralisaram parcialmente durante dois dias (desde o dia 23/10/73). Esta paralisação teve como objectivo pressionar o patronato a aceitar as reivindicações destes trabalhadores — aumentos salariais e proibição dos despedimentos sem justa causa.

PLESSEY AUTOMÁTICA ELÉCTRICA PORTUGUESA

— Cabo Ruivo

O total dos trabalhadores (2500) desta empresa multinacional paralisaram totalmente durante 3 dias e meio em Outubro de 1973.

Esta luta, por aumentos salariais, terminou depois da Administração ter reunido com representantes de cada secção e ter prometido fazer revisões salariais em Janeiro de 1974.

Cerca de 300 trabalhadores desta empresa voltaram a paralisar em 17 de Abril de 1974, durante meia hora, como forma de protesto pela não resolução do CCT e pelo despedimento de delegados sindicais.

SOREFAME — Amadora

Os 2600 trabalhadores desta empresa metalúrgica paralisaram totalmente durante 3 dias, a partir do dia 15 de Janeiro de 1974. Os trabalhadores pretendem aumentos salariais de 1500\$00 e salário mínimo de 6000\$00.

Após a intervenção da DGS, a greve começou a desagregar-se no 3.º dia, tendo os trabalhadores retomado o trabalho. A administração aceitou a reduzir o leque de aumentos salariais previstos.

STANDARD ELÉCTRICA

— Cascais

Os cerca de 1200 trabalhadores desta empresa iniciaram uma greve total em 29/10/73 que viria a durar três dias.

As reivindicações destes trabalhadores — aumentos salariais, 13.º mês e mensualização dos vencimentos — viriam a ser quase inteiramente satisfeitas pela Administração o que levou os trabalhadores a retomar o trabalho.

Entretanto, 6 meses depois, em 6 de Abril de 74, 328 destes trabalhadores voltaram a paralisar durante um dia, tendo em vista exigir à Adminis-

tração a resolução do CCT e a proibição de despedimentos sem justa causa.

A Administração, então, com o encerramento da fábrica e proibiu a entrada a quem não trabalhasse.

COMETNA-COMPANHIA METALURGICA NACIONAL

— Amadora

Cerca de 1200 dos 2000 trabalhadores desta empresa paralisaram durante 5 horas no dia 2 de Janeiro de 74 para reivindicarem aumentos salariais de 1500\$00 e o salário mínimo de 6000\$00.

Passados dias, em 16 de Janeiro, 700 trabalhadores desta mesma empresa voltaram a paralisar durante 3 horas, para de novo exigir aumentos salariais.

Esta paralisação viria a terminar depois da Administração ter ameaçado os trabalhadores com despedimentos.

ROBIALAC PORTUGUESA

— Sacavém

Duzentos dos setecentos trabalhadores desta empresa de tintas, iniciaram uma paralisação de dois dias em 7 de Janeiro, tendo já realizado uma redução de produção nos 4 dias precedentes.

Os trabalhadores reivindicavam aumentos salariais de 1500\$00, horário máximo semanal de 40 horas e 30 dias de férias com subsídios pagos a 100 por cento.

Após o malogro da intervenção no conflito do Instituto de Trabalho, verifi-

ca-se a actuação da DGS que permite o acesso a quem declarasse retomar o trabalho. Os trabalhadores recusaram-se a aceitar este compromisso e deu-se, então, a intervenção da GNR que obriga os trabalhadores a retomarem o trabalho. A Administração prometeu, rever os salários em Janeiro de 74.

DYRUP TINTAS — Sacavém

Os 130 trabalhadores do sector fabril desta empresa paralisaram durante 2 horas no dia 9/1/74 para reivindicarem aumentos salariais de 1500\$00, horário máximo semanal de 40 horas, 30 dias de férias com subsídio pago a 100 por cento e ar condicionado na empresa.

Os trabalhadores retomaram o trabalho após a intervenção da DGS tendo a Administração prometido aumentos salariais inferiores aos reivindicados e tendo solucionado o problema do ar condicionado.

METROPOLITANO DE LISBOA

Cerca de 300 trabalhadores (oficinas) dos 1200 da empresa paralisaram durante 5 horas no dia 12/2/74. Os trabalhadores retomaram o trabalho depois da intervenção da PSP e da Administração se comprometer a tomar uma decisão quanto às reivindicações dos trabalhadores — aumentos salariais, redução do horário semanal e melhores condições de trabalho, no prazo de uma semana.

O 25 DE ABRIL VISTO DE ANGOLA

«O «Revolução» conversou com um camarada que aquando do 25 de Abril se encontrava em Angola, como Furriel Miliciano do Exército colonialista. Nessa conversa resultaram as impressões que transcrevemos a seguir sobre o Golpe do 25 de Abril visto na situação específica em que este camarada se encontrava.

REV. — Havia, no aquartelamento em que estavas, algum conhecimento ou suspeita do golpe militar se avizinhava?

— No local onde eu estive não havia qualquer conhecimento do golpe, a nível de soldados e de furriéis milicianos; continuava o serviço normal na Colónia, desencadeavam-se operações militares; nós não conhecíamos nada do que se estava a passar, não tínhamos nenhuma suspeita de que o golpe se preparava.

REV. — Como e quando tiveram conhecimento dele?

— Eu estava com o pelotão no mato e soubemos que se estava a passar qualquer coisa de anormal

quando um dos soldados que estava a ouvir rádio e sintonizava a Emissora Nacional de repente deixou de a ouvir; além disso foi comunicado pela Rádio Luanda que as transmissões com a Metrópole estavam cortadas. Isto no dia 24 à noite.

No dia 25 regressámos ao quartel, e foi nessa altura que, quando cheguei à messe de sargentos, os militares que lá estavam disseram que havia qualquer coisa na Metrópole, que havia guerra, isto na perspectiva de que estávamos quase a acabar uma guerra e íamos entrar noutra.

Ficámos a saber mais qualquer coisa quando o major de transmissões convocou um plenário com os soldados, sargentos e oficiais, onde ele «ex-

plicou» o que tinha dado origem ao 25 de Abril. Referiu-se ao que se tinha passado na Índia, referiu-se à questão das promoções a nível de oficiais (que havia oficiais promovidos num instante a capitães e que até tinham certos privilégios em relação aos do quadro permanente); num sentido militarista, ele fez ver que o Governo se preparava para sair das Colónias como saiu da Índia, isto é, pondo as culpas para cima dos militares.

Depois o comandante de Batalhão comunicou também, com os soldados formados em parada, que havia uma situação nova, visto aquilo não poder durar assim e ter que mudar.

A forma como essas informações foram dadas mostrava que alguma coisa de facto se passava, pois até aí, havia a vida militarista, a obediência ao chefe, a repressão sobre os soldados e nesse momento eles «abri-



Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica, Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, Lisboa

O 25 DE ABRIL NA PM



Os militares, nos quartéis, foram dos primeiros a viver os acontecimentos do 25 de Abril. Em muitos quartéis, travaram-se conflitos nesse dia entre os soldados, que aderiram espontaneamente ao MFA, e o comando reaccionário. Sobre o que se passou no Regimento de Polícia Militar de Lisboa, o «Revolução» colheu as impressões de um camarada que, nessa data, se encontrava na unidade.

REV. — Em que unidade é que te encontravas aquando do 25 de Abril e que participação é que tiveste nas operações que se desencadearam nesse dia?

— Estava no antigo Regimento de Lanceiros, 2, da Polícia Militar, em Lisboa.

PIQUETE DA PM

Na noite de 24 de Abril estava de serviço de piquete. A única possibilidade de sair para a rua no dia 25 de Abril, na Polícia Militar, foi exactamente o pessoal estar de piquete, porque o capitão que devia ter aderido ao movimento na altura indicada recusou-se. Saímos para a rua à volta de 60 homens, aí pelas três horas da manhã, ainda como contra-revolucionários, para atacar tropas do movimento, o que só não se concretizou devido à oposição dos soldados e furréis.

Portanto nós saímos da unidade e fomos colocados na Praça de Espanha. Passadas algumas horas apareceu o major Cruz Azevedo, posteriormente preso no dia 25, que nos mandou tomar de assalto o Quartel General, já ocupado por forças afectas ao movimento. Houve uma oposição por parte dos soldados e de alguns graduados a receber ordens desse major. O pessoal não recebeu ordens e tomámos logo a iniciativa de cortar o trânsito, de não deixar passar ninguém para a referida zona. Mais tarde voltámos novamente para a Av. de Ceuta.

Na Av. de Ceuta o esquadrão parou, discutiu-se, falou-se, ninguém percebia nada de nada e avançámos para o Cais do Sodré. Ali ficámos metidos entre as forças da GNR e as da Escola Prática de Cavalaria, com a possibilidade de se cruzar fogo nes-

sa altura porque a GNR podia atacar a EPC.

À chegada de uma força de fuzileiros ouvimos o comandante dessa força perguntar ao comandante da nossa força de que lado é que nós estávamos: Se com o Marcelo Caetano, se com Spínola. O tenente que nos comandava, profundamente reaccionário, recusou-se a responder e disse que isso não era uma conversa que se tivesse na frente dos soldados. A partir daí os soldados tomaram uma posição que foi não receber mais ordens desse tenente. Ele percebeu isso e, embora continuasse junto do esquadrão, deixou de o comandar e nós andámos para o Terreiro do Paço e ocupámos o Ministério do Exército, porque entretanto as forças EPC seguiram para a GNR, para o Carmo. Foi assim que estes 60 homens aderiram ao movimento.

LANCEIROS 2

Dentro do quartel havia ainda quem não tivesse aderido, ao golpe aliás, suponho que foi a última unidade da Região Militar de Lisboa a render-se, na medida em que fugiram lá para dentro os Tenenteiros, os Silva Cunhas, e por aí fora.

O pessoal que estava cá fora não sabia concretamente qual era a posição do comando da Unidade, sabia-se em princípio que o comandante, o coronel Pinto Leça era afecto ao director da Arma de Cavalaria do qual era irmão, e sabíamos que este director não tinha aderido ao Movimento. Fui eu pessoalmente que peguei numa viatura e fui ao regimento buscar um rádio para trazer para o Ministério do Exército. E aí apercebi-me que dentro do quartel os soldados e os milicianos estavam ao lado do movimento, o que não acontecia

com a maioria dos oficiais do quadro e até alguns (muito poucos) furréis e milicianos que não aderiram.

A excepção da nossa patrulha a Unidade ficou dentro do quartel, com as linhas telefónicas cortadas, sem comunicações para o exterior. O pessoal não sabia o que se passava; só se viriam a aperceber quando fugiram lá para dentro do Tenreiro, o Silva Cunha e uma série de oficiais-generais.

O pessoal tomou posição e houve até quem quisesse fuzilar o Silva Cunha e o Tenreiro... Aliás, foi um capitão que houve comanda o Forte Militar de Caxias que se meteu à pega com o furril que queria abater o Tenreiro.

Era uma situação bastante confusa; entrámos no quartel, voltámos a sair para retomar a nossa posição e o comandante por volta das 10 da noite render-se-ia a uma força da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas.

Esta fez-lhe um ultimato dizendo que se ele não se rendesse o quartel seria arrasado pela EPA, que entrava lá para dentro com uma coluna de canhões sem recuo carros de combate, etc. A partir daí o comandante foi preso e o referido major também.

A partir daí gerou-se um clima dentro da unidade de hostilização aos oficiais que não se renderam ao movimento, embora alguns deles, hoje situados em postos político-militares de relevo, tomassem uma posição muito ambigua em relação ao 25 de Abril, como aliás, vieram a tomar em relação ao 11 de Março.

Já no dia 26 toda a unidade saiu para a rua em apoio a tudo aquilo que se passava.

REV. — Própriamente antes da madrugada do 25 de Abril tinham algum conhecimento do que se iria passar?

— Nós sabíamos, após o 16 de Março, que alguma coisa se iria passar. Tanto mais que as patrulhas de Polícia Militar, a partir do 16 de Março, começaram a andar armadas, o que não acontecia anteriormente, até aí só o comandante andava armado. Após o 16 de Março os ordenanças da PM passaram a andar também ar-

mados de G-3 e estava na mente de toda a gente que se iria passar qualquer coisa.

No próprio dia 24, o piquete foi reforçado com armamento e munições. Mas só quando nós saímos para a rua, e após a nossa recusa de atacarmos o pessoal do BC 5 que estava no Quartel-General nos apercebemos de que se tratava de um golpe militar de esquerda.

Quais foram as alterações que se deram dentro da unidade após o 25 de Abril?

— Deram-se alterações no comando com substituições de alguns oficiais e de alguns sargentos. Foram os soldados e os milicianos quem tomou posições progressistas logo a partir dessa altura. No dia 26, nomeadamente, o Posto de Comando do MFA foi reforçado por patrulhas da Polícia Militar.

Até ao 25 de Abril tinha havido uma repressão muito grande a nível das condições de disciplina. A situação inicial a nível de disciplina até ao 28 de Setembro não se modificou muito. Após esta data houve uma viragem à esquerda dentro da unidade por iniciativa de oficiais, sargentos e praças, ultrapassando mesmo os órgãos na altura instituídos que eram a Assembleia do MFA. Deixou de se andar na rua com o fim que se andava até aí: até ao 28 de Setembro a única coisa que o Regimento da Polícia Militar fazia era reprimir os militares. A partir daí a PM passou, por iniciativa dos seus elementos, a ser uma polícia ao lado do povo.

O direito de reunião foi um problema que se pôs logo após o 25 de Abril aos militares daquela unidade. Embora sem qualquer autorização especial, sem nada de concreto, nós reuniamos-nos dentro das casernas, nos parques de automóveis, etc. Fazíamos as reuniões como queríamos e entendíamos, sem passar cartão aos oficiais reaccionários que permaneciam lá dentro. Aliás, eles nessa altura também não tinham força suficiente para o impedir.

EDITORIAL

A aproximação das comemorações do 25 de Abril trouxeram-nos algumas revelações. É curioso notar que raras são as vozes de esquerda que por todo o País se dispuseram a tomar iniciativa duma alternativa de esquerda aos festejos oficiais. E a verdade é que esses festejos são, na maioria dos casos, dum tal cunho conservador que mais lembram as comemorações do «Dia da Raça» do que as comemorações duma jornada libertadora. Os palanques oficiais vão mostrar a galeria daqueles que não estiveram no 25 de Abril, daqueles que são contra o 25 de Abril, enquanto que os oficiais que organizaram a queda do fascismo estão já no banco dos réus.

As eleições realizadas nos anos de 75 e 76, no dia 25 de Abril, esconderam as contradições que já então saltariam à vista se essa data fosse comemorada. Mas neste ano de 77, apenas três anos depois do derrube do fascismo, podemos perguntar — onde estão os oficiais do 25 de Abril, onde está Otelo, onde está Vasco Gonçalves? O

Poder já se arrogou o direito de esconder, à descarada, que esses homens foram os obreiros do 25 de Abril. O Poder gostaria mesmo de julgar o 25 de Abril, em vez de o comemorar. E serão as fardas, as condecorações e as faces dum galeria de figuras que nos lembra bem o fascismo que farão a fantochada de comemorar a sua queda.

Mas é perante esta imposição duma hipocrisia revoltante, que é também paradoxal que não vejamos erguer-se uma alternativa unitária de toda a esquerda e que organizações ditas de esquerda apoiem os festejos oficiais. A ausência dessa alternativa unitária de esquerda significa decerto um impasse na organização de unidade. Mas os trabalhadores e a sua organização autónoma não se podem condoer da unidade que os partidos não fazem, e têm que rapidamente encontrar as formas de organização que se baseiam na unidade e que a ela conduzam. Sem unidade e sem organização dos trabalhadores, dentro em breve será mesmo

um palanque fascista a comemorar o fascismo, aquilo que teremos.

Mas a verdade é que, a um certo impasse que significa não surgir neste dia de festa da queda do fascismo uma alternativa unitária de esquerda, corresponde também um impasse do próprio Poder.

Não tem este que ceder, colocando, apesar de tudo, Loureiro dos Santos como vice-CEMGA? Não tem que ceder colocando Marques Júnior como Presidente da Comissão das Comemorações do 25 de Abril? Não tem que ceder entregando a Vasco Lourenço o comando do desfile militar em Lisboa? Mas não cedeu também Marques Júnior e Vasco Lourenço, aceitando «esquecer» nesse dia o seu camarada Otelo e todos os outros que os acompanharam no outro 25 de Abril, no de 1974?

Situação de impasse, com dificuldades para a direita, com dificuldades para a esquerda, mas na qual os trabalhadores têm os triunfos suficientes para poderem afirmar que ainda é possível vencer.